



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

TERMO DE REFERÊNCIA- SRP
PREGÃO ELETRÔNICO
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO POR GRUPO

FORNECIMENTO, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, para contratação de empresa para prestação de serviços de Buffet (Coffee Break, Coquetel e Jantar Confraternização), mediante modalidade de licitação Pregão Eletrônico, para atendimento de eventos oficiais, cursos e demais capacitações técnicas que serão promovidos por esta 2ª Superintendência Regional pelo período de 12 (doze) meses. A contratação deverá abranger serviços em Bom Jesus da Lapa e para as regionais de Irecê, Barreiras, Guanambi e Vitória da Conquista, localizados no estado da Bahia.

Maio/2024



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	4
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	5
4.	LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE	5
5.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.....	8
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	8
7.	VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	9
8.	PROPOSTA	9
9.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	10
10.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10
11.	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	10
12.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	10
13.	REVISÃO DE PREÇOS	11
14.	MULTAS	11
15.	GARANTIA DE EXECUÇÃO	12
16.	FISCALIZAÇÃO.....	13
17.	RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.....	15
18.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	15
19.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	16
20.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....	17
21.	MAPA DE RISCOS.....	17
22.	CONDIÇÕES GERAIS	18
23.	ANEXOS.....	18



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, para contratação de empresa para prestação de serviços de Buffet (Coffee Break, Coquetel e Jantar Confraternização), mediante modalidade de licitação Pregão Eletrônico, para atendimento de eventos oficiais, cursos e demais capacitações técnicas que serão promovidos por esta 2ª Superintendência Regional pelo período de 12 (doze) meses. A contratação deverá abranger serviços em Bom Jesus da Lapa e para as regionais de Irecê, Barreiras, Guanambi e Vitória da Conquista, localizados no estado da Bahia, conforme descrito abaixo:

GRUPO 01 – Ampla Concorrência				
Item	CATSERV	Descrição	Localidade	Quant. Estimada
1	12807	COFFEE BREAK (4 cursos com 4 coffee break cada (dois dias), totalizando 640 unidades)	Bom Jesus da Lapa	640
2	12807	COQUETEL C/ GARÇONS (2 coquetéis, totalizando 250 unidades)	Bom Jesus da Lapa	250
3	12807	JANTAR CONFRATERNIZAÇÃO C/ GARÇONS (2 jantares, totalizando 580 unidades)	Bom Jesus da Lapa	580

GRUPO 02 – Exclusivo ME e EPP				
Item	CATSERV	Descrição	Localidade	Quant. Estimada
4	12807	COFFEE BREAK (1 curso com 4 coffee break cada (dois dias), totalizando 160 unidades)	Guanambi	160
5	12807	JANTAR CONFRATERNIZAÇÃO C/ GARÇONS	Guanambi	60

GRUPO 03 - Exclusivo ME e EPP				
Item	CATSERV	Descrição	Localidade	Quant. Estimada
6	12807	COFFEE BREAK (1 curso com 4 coffee break cada (dois dias), totalizando 160 unidades)	Barreiras	160
7	12807	JANTAR CONFRATERNIZAÇÃO C/ GARÇONS	Barreiras	60

GRUPO 04 - Exclusivo ME e EPP				
Item	CATSERV	Descrição	Localidade	Quant. Estimada
8	12807	COFFEE BREAK	Irecê	160



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

		(1 curso com 4 coffee break cada (dois dias), totalizando 160 unidades)		
9	12807	JANTAR CONFRATERNIZAÇÃO C/ GARÇONS	Irecê	60

GRUPO 05 - Exclusivo ME e EPP				
Item	CATSERV	Descrição	Localidade	Quant. Estimada
10	12807	COFFEE BREAK (1 curso com 4 coffee break cada (dois dias), totalizando 80 unidades)	Vitória da Conquista	80
11	12807	JANTAR CONFRATERNIZAÇÃO C/ GARÇONS	Vitória da Conquista	30

1.1.1. A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:

- O grupo 1 estará aberto para todas as empresas.
- Os grupos 2,3,4 e 5 são para participação exclusiva de ME/EPP (*Decreto 8.538/15, art. 6º*).

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA– Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços, objetos deste Termo de Referência.

2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Bom Jesus da Lapa/BA, em cuja jurisdição territorial se realizará os SERVIÇOS objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1. **Forma de Realização:** Pregão Eletrônico- por Sistema de Registro de Preços
- 3.2. **Valor estimado:** Público
- 3.3. **Critério de Julgamento:** Menor Preço por Grupo
- 3.4. **Forma de Serviço:** Parcelado
- 3.5. **Modo de Disputa do certame:** Aberto
- 3.6. O intervalo mínimo de lances para cada grupo constante no Anexo II deste documento será de 0,5% dos respectivos valores estimados para cada grupo.

4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

- 4.1.** O número de eventos e de pessoas participantes são apenas estimativos e não obrigam a Codevasf a demandá-los, servindo apenas como referência de cálculo de despesas. Os fornecimentos serão solicitados de acordo com a necessidade efetivamente verificada ao longo do período, configurando-se o fornecimento por demanda.
- 4.2.** A execução dos serviços compreende o fornecimento de alimentos e bebidas no local do evento ser informada na Ordem de Serviço, e demais atividades necessárias à sua boa execução.
- 4.3.** O fiscal do contrato, devidamente nomeado pela Codevasf expedirá Ordem de Serviço, encaminhando à empresa, com antecedência mínima de 48 horas, que será efetivada por meio de envio de correio eletrônico ou em mãos.
- 4.3.1.** Na Ordem de Serviço constarão dados sobre o evento, local, a Unidade solicitante, o servidor emissor, o(s) horário(s) para fornecimento, a quantidade de pessoas e os itens (com especificação dos tipos e sabores) que comporão o respectivo lanche, de acordo com a opção de cardápio, indicando os quantitativos de salgados, doces e bebidas;
- 4.3.2.** Caso a Contratante não informe na Ordem de Serviço emitida os tipos ou sabores de produtos a serem fornecidos, a Contratada poderá fornecê-los a seu critério, observando, entretanto, a quantidade de tipos por cardápio, alternadamente;
- 4.3.3.** A empresa deverá, obrigatoriamente, confirmar o recebimento do pedido por correio eletrônico;
- 4.3.4.** A Contratada poderá sugerir outros sabores e recheios não especificados, para aprovação do Contratante.
- 4.3.5.** A Contratada deverá ainda, quando da entrega do pedido, descrever obrigatoriamente em Ordem de Serviço Própria, os tipos e as quantidades entregues devidamente especificadas;
- 4.3.6.** O servidor responsável pela execução contratual deverá analisar o fornecimento alternativo dos tipos de produtos.
- 4.3.7.** A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.
- 4.4.** As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a Contratada deverá acondicioná-las corretamente para tal.
- 4.5.** A Contratada deverá fornecer todos os vasilhames, utensílios e acessórios necessários à execução dos serviços, tais como louças de boa qualidade, toalhas sempre limpas e de boa qualidade (brancas e coloridas), cobre-manchas, vasilhames, copos, bandejas, descartáveis, guardanapos, talheres, jarras, gelo, porta copo, protetores descartáveis de copos e bandeja, adoçantes, etc.
- 4.6.** Os alimentos e bebidas deverão ser servidos em quantidade suficiente para atender ao número de pessoas indicado na Ordem de Serviço, conforme o tipo de cardápio, quantitativos e especificações.
- 4.7.** A Contratada deverá recolher seus pertences ao final do evento.
- 4.8.** Os serviços aqui especificados não excluem outros serviços complementares que se façam necessários ao cumprimento do solicitado.
- 4.9.** Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial.
- 4.10.** A Contratada deve estar preparada para, eventualmente, atender a mais de 1 evento simultaneamente e em locais diferentes, limitado aos municípios informados neste Termo de Referência



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

4.11. Os produtos deverão ser entregues no local a ser servido detalhadamente descrito na Ordem de Serviço (anexo), limitando-se aos municípios correspondentes aos Grupos já especificados, porém, não se limitando às instalações da Codevasf em quaisquer dos municípios.

4.12. Os produtos deverão ser entregues bem acondicionados em embalagens térmicas e higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos.

4.13. Quando do fornecimento de café, chá ou chocolate quente, a contratada deverá oferecer garrafas térmicas limpas, de boa apresentação e qualidade, com etiquetas/tags sobre o conteúdo.

4.14. A Contratada deverá levar em consideração as normas higiênicas e sanitárias que regem a matéria em especial as de salubridade.

4.15. A contratada deverá observar as normas de vigilância sanitária para o transporte de alimentos para consumo humano, especialmente quanto aos seguintes requisitos:

- a. A caixa onde é transportada as mercadorias não pode estar em contato com a cabine do condutor;
- b. As paredes devem ser lisas;
- c. Os estrados devem ser resistentes e impermeáveis, e devem facilitar a circulação do ar;
- d. Devem ter dispositivos de refrigeração, para que se mantenha a conservação dos produtos que necessitem;
- e. O transporte de pão não deve ter a superfície forrada com tecido;
- f. Os equipamentos de ventilação natural devem estar desligados com o veículo carregado.

4.16. A contratada deverá providenciar, quando do fornecimento do serviço suporte de mesa e profissional que permanecerá ao longo de todo evento para efeito de reposição de mantimentos.

4.17. A Contratada garantirá a qualidade dos produtos, ficando sujeita às penalidades previstas quando entregar os produtos em desconformidade com o que foi contratado.

4.18. O local a ser servido deverá estar detalhadamente descrito na Ordem de Serviço (anexo), limitando-se aos municípios correspondentes aos Grupos já especificados, porém, não se limitando às instalações da Codevasf 2ª/SR em quaisquer dos municípios.

4.19. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Estarão inclusos nesta contratação todos os custos inerentes ao fornecimento do objeto ora contratado.

4.20. No Ofício ou Requisição de prestação de serviços, que deverá ser encaminhado com antecedência mínima de 3 (três) dias da data do evento, constarão as seguintes informações:

4.20.1 Indicação do número do item registrado na Ata de Registro de Preços, com a respectiva descrição do serviço a ser prestado;

4.20.2. O local onde deverá ser prestado o serviço, que poderá ser:

Sede da Superintendência Regional da Codevasf. Av. Manoel Novaes, SN - Centro - Bom Jesus da Lapa - BA - CEP: 47600-000;

Escritório de Apoio Técnico de Barreiras, Rua Professor José Seabra, 420. Barreiras/BA - CEP: 47805-100;

Escritório de Apoio Técnico de Guanambi, Av. Deolinda Martins, 166 – Santo Antônio. Guanambi/BA - CEP: 46430-000;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

Escritório de Apoio Técnico de Irecê, Rua São Francisco, s/n. Irecê/BA - CEP: 44900-000.

Escritório de Apoio Técnico de Vitória da Conquista, Av Siqueira Campos, 1922 – Candeias – Vitória da Conquista/BA – CEP: 45028-548

4.21. O coffee break será servido em horário pré-estabelecido, e, quando for o caso, a indicação da opção de cardápio.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. O objeto do presente pregão compreende o serviço de Buffet (Coffee Break, Coquetel e Jantar Confraternização), mediante Sistema de Registro de Preços, para atendimento de eventos oficiais, cursos e demais capacitações técnicas que serão promovidos por esta 2ª Superintendência Regional pelo período de 12 (doze) meses. A contratação deverá abranger serviços na sede em Bom Jesus da Lapa no Estado da Bahia e para as regionais de Irecê, Barreiras, Guanambi e Vitória da Conquista, localizadas no Estado da Bahia, conforme distribuídos no item 1 e Anexo II deste Termo de Referência.
- 5.2. A descrição dos serviços consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Serviço, e nas Especificações Técnicas – Anexo II e III deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observadas criteriosamente pelos licitantes.
- 5.3. A descarga dos equipamentos no local de entrega é de inteira responsabilidade do licitante e a Codevasf não fornecerá pessoal nem os equipamentos necessários para o manuseio.
- 5.4. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem sua integridade.
- 5.5. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar da presente licitação todas as empresas para o Grupo 1 e microempresas ou empresas de pequeno porte do ramo para os Grupos 2,3,4 e 5, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, isoladas, que atendam às exigências deste TR e seus anexos.

6.2. CONSÓRCIO

- 6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio, conforme justificativa no Anexo I deste TR.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

- 6.3.1. Será permitida a subcontratação, pelo licitante, com anuência prévia da Codevasf, do fornecimento dos alimentos e serviços inclusos para cada grupo, conforme justificado no Anexo I deste TR, devendo toda a responsabilidade com a subcontratação, em termos de qualidade, pagamentos, encargos, produção, prazos, serviços, a cargo do licitante, estando a Codevasf responsável pelas obrigações diretas ao licitante e não à subcontratada.
 - 6.3.1.1. O licitante deverá demonstrar em sua proposta de preços os componentes que serão subcontratados, podendo um subcontratado fornecer a mais de um concorrente.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

6.3.1.2. O limite de aceitação da subcontratação será de 50%, em atendimento ao RILC/2024, art. 149, vedada a subcontratação total.

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.4.1. Para os grupos 02,03,04 e 05, participarão exclusivamente da disputa as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (*Decreto 8.538/15, art. 6º*).

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1. O atestado de visita aos locais do serviço **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde serão executados os serviços correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão executados os serviços objetos deste Termo de Referência ou para marcar/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência de Administração e Tecnologia da Codevasf, em Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, no telefone: (77) 3481-8061.

7.1.3. A visita ao local onde serão executados os serviços deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

8. PROPOSTA

8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do prestador de serviço;
- b) As especificações técnicas claras e completas dos serviços ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
 - b1) Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela Codevasf.
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para o serviço, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo VI, que é parte integrante deste termo de Referência.

8.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos serviços objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

- 8.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a Codevasf não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.
- 8.1.3. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o MENOR PREÇO POR GRUPO avaliado, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

9.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.2.1. Por tratar-se de contratação que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Portanto, na presente contratação as exigências limitam-se à comprovação de regularidade jurídica e fiscal da empresa.

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos serviços, objeto desta licitação, o valor global estimado de **R\$ 145.305,80**, sendo o valor máximo por grupo de **R\$ 95.991,00 para Grupo 01; R\$ 12.612,00 para Grupo 02; R\$ 15.940,60 para Grupo 03; R\$ 13.012,00 para Grupo 04; R\$ 7.750,20 para Grupo 05**, a preços de novembro/dezembro de 2023, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de Referência.
- 10.2. Os recursos orçamentários da CODEVASF correrão à conta do Programa de Trabalho - nº:172108 - 04.122.0032.2000.0001, no Estado da Bahia, Categoria Econômica 3, sob a gestão da Área de Gerencia Regional de Administração da CODEVASF.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1. O serviço será prestado por demanda de acordo com necessidade da contratante dentro do período de 12 meses a partir da contratação.
- 11.2. O prazo para execução do objeto deste TR é de 48 horas, a partir da data de emissão da Ordem de serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 11.3. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de contratação, compreende 12 meses, com possibilidade de prorrogação limitada a sessenta meses, em conformidade como art. 71 da lei 13.303/2016.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

- 12.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.
- 12.3. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- 12.4. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que o Contratado providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Tribunal.
- 12.5. Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.
- 12.6. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- 12.7. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do fiscal do contrato.
- 12.8. As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade estabelecido pela Lei nº 10.192, de 14.2.2001.
- 12.9. O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:
- I. Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
 - II. Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.
- 12.10. O recebimento não exclui a responsabilidade da fornecedora pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do mesmo.

13. REVISÃO DOS PREÇOS

- 13.1. Os preços ofertados serão fixos e irreajustáveis.

14. MULTAS

- 14.1. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de serviço conforme a Tabela 1;
 - b) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de serviço no caso de inexecução total.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual/ordem de serviço	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual/ordem de serviço	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual/ordem de serviço	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual/ordem de serviço	04	10%

- 14.2. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 14.3. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.
- 14.4. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
 - Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da 2ª Superintendência da Codevasf – 2ª/GRG/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 14.5. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 14.6. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela autoridade competente, que poderá dar provimento ou não a multa.
- 14.7. Em caso de não dar provimento a multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 14.8. Caso a autoridade competente mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

- 15.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor da ordem de serviço ou do contrato, que deverá ser entregue quando da assinatura da ordem de serviço.
- 15.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.
- 15.2. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Área de Gerencia Regional de Administração e Tecnologia da Codevasf (2ª/GRA).
- 15.3. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, devendo mantê-la atualizada a garantia até 90(noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 15.4. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 15.5. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 15.6. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 15.7. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 15.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 15.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

16. FISCALIZAÇÃO

- 16.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos serviços será realizada pela Codevasf, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 16.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

- 16.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 16.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à 2ª/Gerência de Administração e Tecnologia, responsável pela execução do contrato.
- 16.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 16.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à 2ª/Gerência de Administração e Tecnologia da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 16.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 16.8. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 16.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 16.10. A Fiscalização dos serviços caberá à Gerência de Administração e Tecnologia, ou a quem dele preposto seja, a quem incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação pertinente, e na especificação dos materiais, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor.
- 16.11. O fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.
- 16.12. Compete ao fornecedor fazer minucioso exame da especificação dos materiais empregados e serviços prestados, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos materiais adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na entrega dos mesmos não implicará em corresponsabilidade do ou de seus prepostos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

- 16.13. A Comissão de Fiscalização poderá aplicar sempre que necessário questionário de PESQUISA DE SATISFAÇÃO a respeito dos itens fornecidos e serviços prestados.

17. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 17.1. O recebimento definitivo do objeto, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:
- a) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
 - a.1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 17.2. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.
- 17.3. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 17.4. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo de 15 (quinze) minutos, antes do evento, para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.
- 17.5. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
 - b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e
 - c) Liberação da Caução Contratual.
- 17.6. Aceitos e aprovados os serviços, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.
- 17.7. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.
- 17.8. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
- 17.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 18.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme Inciso II do art. 82 do RILC/2024.:

18.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

18.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

18.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

18.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

18.2. O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

18.3. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

18.4. Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitui as exigências do item 16.1.1 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Dimensionar a quantidade de alimentação compatível com o número de participantes do evento, considerando o período de realização e o tempo/intervalo disponível para alimentação, e ainda efetuar as reposições que se fizerem necessárias para o bom atendimento;

19.2. Fornecer aos seus empregados todo o necessário para a execução dos serviços, incluído o cuidado com a higiene na condução dos produtos solicitados, como também materiais de segurança, conforme legislação, assumindo todos os riscos concernentes à execução do contrato;

19.3. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, inclusive para atendimento em casos de emergência, assumindo ainda as responsabilidades civis e penais, bem como as demais sanções legais decorrentes do descumprimento dessas responsabilidades;

19.4. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas, e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

19.5. Manter o perfeito controle da qualidade dos produtos fornecidos e serviços prestados;

19.6. Caso ocorram reclamações sobre a qualidade dos produtos fornecidos ou serviços prestados, providenciar imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela fiscalização;

19.7. Permitir a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, visitas ao local de produção dos alimentos e de estocagem dos produtos.

19.8. Fornecer a Comissão de Fiscalização, relação nominal dos prestadores de serviço que atuarão junto ao local da prestação do serviço informado pela CONTRATANTE, indicando a sua função.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

19.9. A CONTRATADA será responsável pelo recolhimento de material após o evento, ressarcindo a CONTRATANTE pelos eventuais prejuízos causados a esta.

19.10. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/2022, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 20.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 20.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 20.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 20.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 20.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 20.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- 20.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.
- 20.8. No caso da emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATANTE se compromete a passar à CONTRATADA, todas informações pertinentes do evento, como dia, horário, local, público-alvo e infra-estrutura necessária.
- 20.9. A Assessoria de Comunicação e Promoção Institucional da Codevasf 2ª/SR, por meio do seu representante, poderá solicitar reunião prévia, antes da realização do evento, com a equipe da CONTRATADA que participará do evento, para dar as orientações que se fizerem necessárias.

21. MATRIZ DE RISCOS

- 21.1. O mapa de risco está apresentado no anexo III deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 21.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.
- 21.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

- 21.4. Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 21.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 21.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 21.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 21.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- 21.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 21.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

22. CONDIÇÕES GERAIS

- 22.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independentemente de transições.

23. ANEXOS

- 23.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:
- Anexo I – Justificativa
 - Anexo II – Planilhas de Quantidades e Preços (com escopo de serviço e especificações técnicas)
 - Anexo III – Mapa de Riscos
 - Anexo VI – Modelo de Planilha de Preços (Proposta)

Bom Jesus da Lapa/ BA, 08/05/2024

Matheus de Araujo Isensee
Analista de Desenvolvimento Regional

De acordo:

Demétrios Pacoal de Almeida Rocha
Chefe de Assessoria Regional de Comunicação e Promoção Institucional

Harley Xavier Nascimento
Superintendente Regional- 2ª/SR



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função do serviço a ser contratado, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente, conforme consta do processo.

Justificativas:

Da necessidade da contratação: O motivo para a presente contratação é o atendimento das necessidades da 2ª Superintendência Regional da Codevasf em Bom Jesus da Lapa e Escritórios de Apoio Técnico de Irecê, Barreiras, Guanambi e Vitória da Conquista, por ocasião da realização de eventos como seminários, oficinas, cursos, solenidades, inaugurações, conferências, dentre outros. Tais eventos exigem o serviço de coffee break, uma vez que se tratam de reuniões e treinamentos com extenso tempo contribuindo para o serviço e o aproveitamento dos participantes.

A escolha dos critérios de qualidade estabelecidos no presente Termo de Referência tem por base a incessante busca da Administração pela contratação da proposta mais vantajosa. Segundo a doutrina especializada, proposta mais vantajosa é aquela que oferece a melhor qualidade pelo menor preço.

Da adoção do Pregão Eletrônico: Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns (ou serviços comuns de engenharia). A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento (ou serviços) objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens/serviços comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento (ou serviços) sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento (ou serviços) que serão contratados.

Da adoção do Sistema de Registro de Preços: Foi adotada a licitação em Sistema de Registro de Preços, tendo em vista haver a necessidade contratações frequentes, com entregas em locais distintos e em momentos diferentes (Ordens de Fornecimento/Serviços diferentes, emitidas em momentos/períodos diferentes); o que não permite definir previamente os quantitativos a serem contratados, conforme previsto no Ar. 3º do Decreto nº 11.462/2023, Inciso V”.

Justificativa da adoção do valor estimado público: A quantidade estimada apresentada, tem como base a necessidade de treinamento, cursos e cerimoniais da Sede da Superintendência, através do histórico anual de cursos e o período médio de dois dias cada curso, sendo necessário os referidos coffee breaks no período matutino e vespertino. Com relação ao quantitativo estimado dos Escritórios Regionais, conclui-se que é o necessário para suprir as atividades de acordo com o referido plano. Outro ponto que evidencia a necessidade do quantitativo apresentado nos itens em epígrafe é o levantamento histórico da média de consumo de coffee break, coquetel e Jantar Confraternização de Funcionários, objeto da pesquisa anual de procedimentos com as respectivas áreas da SR, além da necessidade levantada de jantar confraternização em comemoração aos 50 anos da Codevasf em 2024:

- Coffee Break - Sede: 4 cursos com 4 coffee break cada (dois dias), totalizando 640 unidades.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

- Coffee Break - Escritórios Regionais: 1 curso com 4 coffee break cada (dois dias), totalizando 160 unidades para escritórios regionais de Guanambi, Barreiras e Irecê, e 80 unidades para escritório de Vitória da Conquista.
- Coquetel com 3 garçons: 2 coquetéis, totalizando 250 unidades
- Jantar Confraternização com 6 garçons - Sede: 1 jantar confraternização dos 50 anos da Codevasf e 1 jantar confraternização de final de ano, totalizando 580 unidades
- Jantar Confraternização com 2 garçons - Escritórios Regionais de Guanambi, Barreiras e Irecê: 60 unidades para cada escritório regional; Escritório de Vitória da Conquista: 30 unidades

Dessa forma, conforme histórico apresentado, e considerando ainda que a presente contratação deverá abranger apenas 3 tipos de serviços: Coffee Break, Jantar e Coquetel, justifica-se a necessidade do quantitativo apresentadas no presente termo.

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Como metodologia para obtenção de valor de referência para contratação, informa-se que a definição ocorreu com base em pesquisa junto a 03 (três) potenciais fornecedores, onde utilizou-se a média encontrada das três propostas para a definição de valor referencial para cada item de modo a encontrar o valor referencial total para cada grupo.

Critério de Julgamento: Menor preço por grupo, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

Justificativa para 05 (cinco) Grupos: Em razão da localização da Sede da 2ª/SR e dos 04 (quatro) escritórios regionais serem em diferentes municípios e visando ampliar o caráter competitivo da licitação considerando que a divisibilidade do objeto da licitação é viável tecnicamente e economicamente sem perda de escala e, considerando, ainda, a facilidade do cumprimento dos prazos estabelecidos para o serviço.

Forma de Serviço: Parcelado, pois cada escritório terá sua demanda específica para fornecimento do serviço.

Da exclusividade para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:

Para os grupos 02,03,04 e 05, participarão exclusivamente da disputa as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Decreto 8.538/15, art. 6º).

Permite Participação de Consórcios:

Não: Por se tratar de serviço comum, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permite Participação de Cooperativa

Não: Por não ser usual cooperativas fornecerem o serviço objeto desta licitação.

Permissão para Subcontratação:

Sim: Será permitida a subcontratação, pelo licitante, com anuência prévia da Codevasf, do fornecimento dos alimentos e serviços inclusos para cada grupo, devendo toda a responsabilidade com a subcontratação, em termos de qualidade, pagamentos, encargos, produção, prazos, serviços, a cargo do



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

licitante, estando a Codevasf responsável pelas obrigações diretas ao licitante e não à subcontratada. A finalidade é mitigar risco de inexecução do serviço contratado. O limite de aceitação da subcontratação será de 50%, em atendimento ao RILC/2024, art. 149, vedada a subcontratação total.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Garantia de Execução (caução):

Em caso de formalização de contrato, a garantia de execução é uma forma de garantir que eventuais danos causados pelo não cumprimento do contrato por parte da empresa vencedora sejam dirimidos.

Prazo de validade/vigência da ATA:

O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de 12 meses.

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Não. Visando a celeridade no processo licitatório, optou-se pela não divulgação da Intenção de Registro de Preços.

Adesão de Não Participantes: Não será permitida a adesão de entes não participantes em virtude das características do objeto a ser contratado.

Indicação do Gestor da Ata de Registro de Preços: O Gestor da Ata de Registro de Preços será o Analista em Desenvolvimento Regional Argemilson Aquino de Souza, cadastro 111780-7.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

ANEXO II

ESCOPO DE SERVIÇO

PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS ORÇADOS

(Gravado em arquivo separado)



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

ANEXO III

MAPA DE RISCOS Conforme art. 24, parágrafo único do RILC		
1	Processo	59520.000609/2024-38-e
2	Objeto de análise	Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP , para contratação de empresa para prestação de serviços de Buffet (Coffee Break, Coquetel e Jantar Confraternização), mediante modalidade de licitação Pregão Eletrônico, para atendimento de eventos oficiais, cursos e demais capacitações técnicas que serão promovidos por esta 2ª Superintendência Regional pelo período de 12 (doze) meses. A contratação deverá abranger serviços em Bom Jesus da Lapa e para as regionais de Irecê, Barreiras, Guanambi e Vitória da Conquista, localizados no estado da Bahia.
3	Objetivo a ser alcançado/propósito da contratação	O motivo para a presente contratação é o atendimento das necessidades da 2ª Superintendência Regional da Codevasf em Bom Jesus da Lapa e Escritórios de Apoio Técnico de Irecê, Barreiras, Guanambi e Vitória da Conquista, por ocasião da realização de eventos como seminários, oficinas, cursos, solenidades, inaugurações, conferências, dentre outros. Tais eventos exigem o serviço de coffee break, uma vez que se tratam de reuniões e treinamentos com extenso tempo contribuindo para o serviço e o aproveitamento dos participantes.
4	Gestor de Riscos	Equipe técnica da 2ª/GRA
5	Ordem de criticidade	Média
6	Eventos de riscos identificados	
6.1	RISCO	Liquidez do contratado
	Causa	Problemas de liquidez financeira do contratado, bem como declaração de falência ou recuperação judicial do contratado.
	Consequência	Não fornecimento dos serviços contratados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

	Controle	Medidas previstas no contrato.
	Impacto	Alto
	Probabilidade	Remota
	Classificação do nível do risco	Média
	Resposta ao evento de risco	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Cláusula contratual prevendo a imputação ao contratado de quaisquer outras perdas e danos da Estatal em virtude da rescisão contratual por culpa do contratado.
	Plano de tratamento	Seguir os procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de fiscalização, conferências e trâmites de documentos e informações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável que os objetivos da contratação do objeto sejam alcançados.
6.2	RISCO	Crédito do contratante
	Causa	Inadimplência ou atraso de pagamentos pelo contratante.
	Consequência	Não fornecimento dos serviços previstos.
	Controle	Medidas previstas no contrato.
	Impacto	Alto
	Probabilidade	Ocasional
	Classificação do nível do risco	Média
	Resposta ao evento de risco	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Prorrogação da Ordem de Serviço.
	Plano de tratamento	Seguir os procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de fiscalização, conferências e trâmites de documentos e informações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável que os objetivos da contratação do objeto sejam alcançados.
6.3	RISCO	Operacional do contratado
	Causa	Prejuízos causados por subcontratados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

	Consequência	Não execução do serviço, execução apenas parcial do serviço ou má qualidade dos alimentos fornecidos.
	Controle	Previsão de aplicação de penalidades.
	Impacto	Médio
	Probabilidade	Ocasional
	Classificação do nível do risco	Baixa
	Resposta ao evento de risco	Avaliação, pela equipe de fiscalização, dos pedidos de subcontratação formulados pelo contratado. Exigência de requisitos adequados de habilitação dos licitantes. Previsão de aplicação de penalidades. Garantias de execução.
	Plano de tratamento	Seguir os procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de fiscalização, conferências e trâmites de documentos e informações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável que os objetivos da contratação do objeto sejam alcançados.
6.4	RISCO	Liquidez do contratante
	Causa	Restrição orçamentária e/ou financeira do órgão contratante.
	Consequência	Suspensão dos serviços previstos.
	Controle	Medidas previstas no contrato.
	Impacto	Médio
	Probabilidade	Ocasional
	Classificação do nível do risco	Baixo
	Resposta ao evento de risco	Adequada gestão orçamentária e financeira. Observância da ordem cronológica de pagamentos.
	Plano de tratamento	Seguir os procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de fiscalização, conferências e trâmites de documentos e informações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável que os objetivos da contratação do objeto sejam alcançados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

6.5	RISCO	Operacional do contratado
	Causa	Problemas no fornecimento e nos alimentos: Número insuficiente de alimentos ou alimentos em mau estado de conservação ou estragados.
	Consequência	Alimento insuficiente ou risco à saúde.
	Controle	Fiscalização eficiente do serviço.
	Impacto	Alto
	Probabilidade	Ocasional
	Classificação do nível do risco	Média
	Resposta ao evento de risco	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Cláusula contratual prevendo a imputação ao contratado de quaisquer outras perdas e danos da Estatal em virtude da rescisão contratual por culpa do contratado. Fiscalização eficiente do serviço.
	Plano de tratamento	Seguir os procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de fiscalização, conferências e trâmites de documentos e informações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável que os objetivos da contratação do objeto sejam alcançados.
6.6	RISCO	Liquidez compartilhada
	Causa	Irregularidade financeira e fiscal da contratada no decorrer do tempo do contrato.
	Consequência	Suspensão do fornecimento do serviço.
	Controle	Medidas previstas no contrato.
	Impacto	Médio
	Probabilidade	Remota
	Classificação do nível do risco	Baixo
	Resposta ao evento de risco	Cumprimento dos pagamentos fiscais.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 2ª/GRA

	Plano de tratamento	Seguir os procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de fiscalização, conferências e trâmites de documentos e informações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável que os objetivos da contratação do objeto sejam alcançados.
6.7	RISCO	Legal do contratado
	Causa	Risco de rescisão ou anulação do contrato por fatores atribuíveis ao contratado.
	Consequência	Não execução dos serviços.
	Controle	Garantia de execução.
	Impacto	Alto
	Probabilidade	Remota
	Classificação do nível do risco	Médio
	Resposta ao evento de risco	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Cláusula contratual prevendo a imputação ao contratado de quaisquer outras perdas e danos da Administração em virtude da rescisão contratual por culpa do contratado.
	Plano de tratamento	Seguir os procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de fiscalização, conferências e trâmites de documentos e informações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável que os objetivos da contratação do objeto sejam alcançados.